

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO:

COMO IMPLEMENTÁ-LO
NA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA



YOLI GLENDA DA SILVA SERRÃO
MARIA FRANCISCA MORAIS DE LIMA



INSTITUTO FEDERAL
AMAZONAS



PROFEPT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



FAPEAM
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA
DO ESTADO DO AMAPÁ

COORDENADA PELO DGM/CT/2018

Autores

Yoli Glenda da Silva Serrão

Maria Francisca Moraes de Lima

Diagramação e finalização

Michelle Costa de Lima

E-mai: michellecdelima@gmail.com

Capa e ilustrações

Recursos do Freepik.com

Ficha catalográfica

S487p Serrão, Yoli Glenda da Silva.
Planejamento participativo: como implementá-lo na educação profissional e tecnológica. / Yoli Glenda da Silva Serrão, Maria Francisca Moraes de Lima. – Manaus, 2019.
22 p. : il. color.

Produto Educacional oriundo da Dissertação – Educação inovadora: uma possibilidade na EPT. (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Campus Manaus Centro, 2019.

1. Educação profissional e tecnológica. 2. Sala de aula invertida. 3. Metodologias ativas. I. Lima, Maria Francisca Moraes de. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas III. Título.

CDD 378.013

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO:

COMO IMPLEMENTÁ-LO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



YOLI GLENDA DA SILVA SERRÃO
MARIA FRANCISCA MORAIS DE LIMA

DESCRIÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO

Origem do produto: Trabalho de Dissertação “Educação Inovadora: Sonhar é possível!”

Área de conhecimento: Ensino.

Público Alvo: Profissionais de Educação Básica e Profissional, alunos de Educação Básica no Ensino Médio, Familiares dos alunos interessados em participar ativamente da escola, comunitários interessados em participar da realidade da escola.

Categoria deste produto: Informativa, auxiliando a compreensão do Planejamento Participativo na Metodologia da Escola da Ponte aplicada a EPT.

Finalidade: Colaborar com a Participação de forma mais ativa da comunidade, da família, alunos, técnicos e educadores no Planejamento da Escola. Orientar as pessoas quanto ao que é e como realizar o planejamento participativo.

Estruturação do Produto: Composto por 05 unidades a saber: 1.0 -Planejamento Participativo e sua importância para EPT, 2.0- Planejamento Participativo, Projeto Político Pedagógico e Gestão Democrática 3.0- Gestão Democrática, 4.0-Planejamento Participativo na Escola da Ponte e sua aplicabilidade na EPT: Como podemos pensá-lo?5.0- Pontos básicos do Planejamento Participativo. Elementos Pré-textuais: Resumo, Abstract e Apresentação. Pós- Textuais: Considerações Finais (Limites e Possibilidades) e Referências.

Registro do Produto/Ano:

Avaliação do Produto: Realizada pela Banca de Defesa da Dissertação.

Disponibilidade: Irrestrita, preservando-se os direitos autorais bem como a proibição do uso comercial do produto.

Divulgação: Em formato físico e digital.

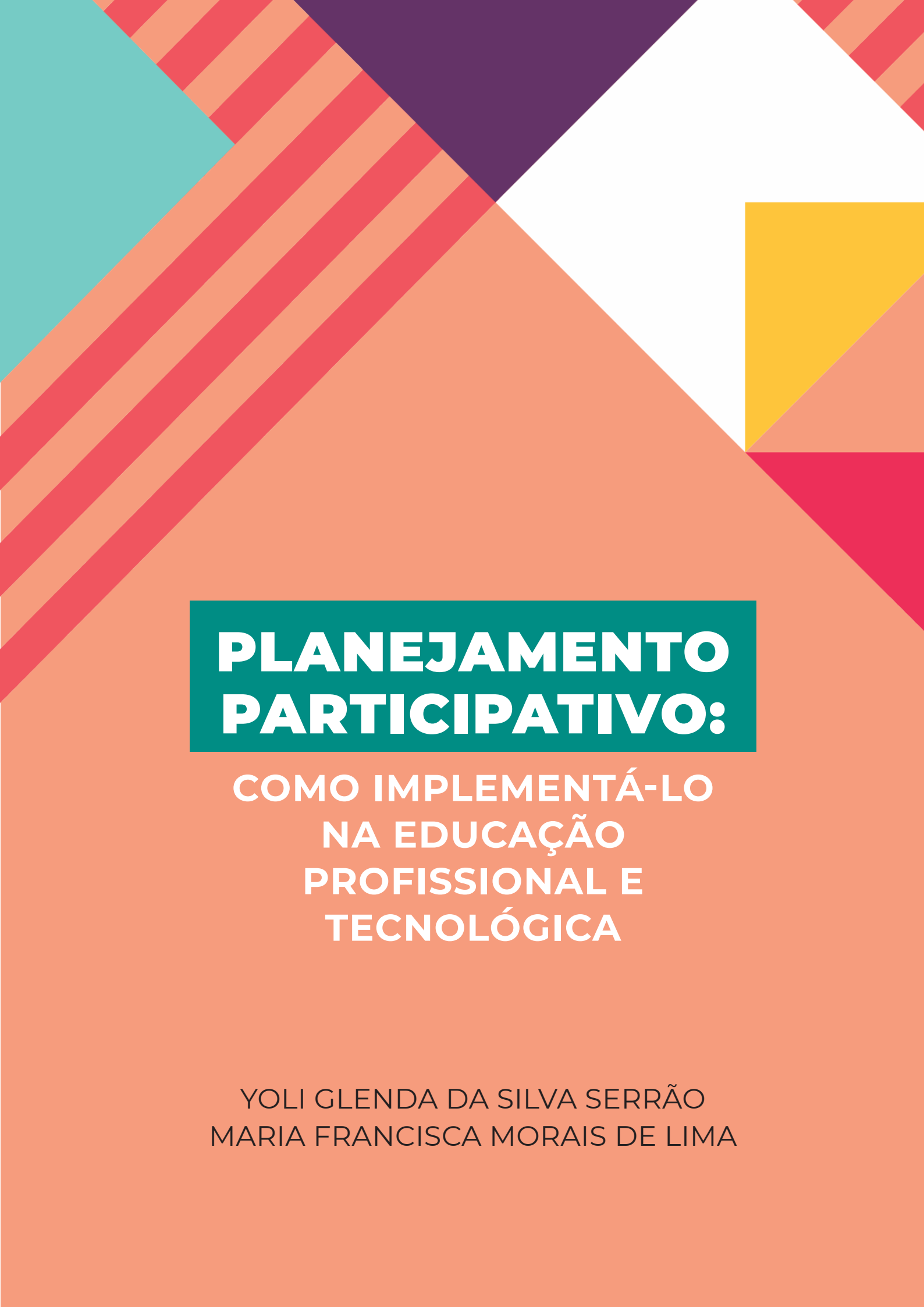
Instituições envolvidas: Projeto Âncora, Instituto Federal do Amazonas e Instituto Federal do Paraná – Campus Jacarezinho.

URL:

Idioma: Português

Cidade: Manaus

País: Brasil



PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO:

**COMO IMPLEMENTÁ-LO
NA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

YOLI GLENDA DA SILVA SERRÃO
MARIA FRANCISCA MORAIS DE LIMA

RESUMO

A proposta do Planejamento Participativo surgiu quando da qualificação do Projeto que versava sobre a Escola da Ponte e seu diálogo com a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). O Objetivo da proposta é colaborar com informações e conhecimentos a respeito do Planejamento e poder fazer a “Ponte”. Está estruturado em 7 tópicos a saber: Planejamento participativo, Planejamento Educacional, participação e seus níveis, quem deve participar do planejamento participativo, leis que subsidiam o planejamento e a gestão democrática da escola, Planejamento Participativo, Projeto Político Pedagógico e Gestão Democrática, Planejamento Participativo na Escola da Ponte: Como podemos pensá-lo? Como a escola da Ponte pode dialogar com a EPT? A proposta da cartilha visa contribuir com a construção de um ambiente democrático que se utilize do Planejamento Participativo nos espaços escolares, auxiliando a Gestão Democrática, além de oferecer orientação aos que pensam o diálogo entre a “Ponte” e a EPT.

Palavras-chave: Planejamento Participativo, Escola da Ponte, EPT.

ABSTRACT

The proposal of Participatory Planning arose when the Project was qualified about the Ponte School and its dialogue with Vocational and Technological Education (EFA). The purpose of the proposal is to collaborate with information and knowledge about Planning and to be able to make the “Bridge”. It is structured in 7 topics namely: Participatory Planning, Educational Planning, Participation and its levels, who should participate in Participatory Planning, Laws that subsidize school planning and democratic management, Participatory Planning, Pedagogical Political Project and Democratic Management, Participatory Planning at Ponte School: How can we think it? How can the Ponte school dialogue with the EFA? The proposal of the booklet aims to contribute to the construction of a democratic environment that uses Participatory Planning in school spaces, aiding Democratic Management, and offering guidance to those who think the dialogue between the «Bridge» and the EFA.

Palavras-chave: Participatory Planning. Bridge School. EPT.



OLÁ!

Esta proposta é resultado de pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional e Tecnológico – ProfEPT, realizado em rede nacional, ofertado no Polo do IFAM - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, desenvolvido a partir da análise de Propostas Inovadoras para Educação, foi apontado durante o Exame de Qualificação a possibilidade do Planejamento Participativo ser incorporado a Proposta Inicial da Pesquisa, fato que se confirmou através da análise dos relatos dos profissionais, alunos, familiares e comunitários recolhidos em material bibliográfico e documental (vídeos, relatos de experiência). Surgindo assim, o produto educacional aqui apresentado que visa contribuir com a construção do Planejamento Participativo nos espaços escolares auxiliando a Gestão Democrática. Além de oferecer orientação aos que pensam o diálogo entre a escola da Ponte e a Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Desejamos uma boa leitura!

SUMÁRIO

01

Planejamento participativo e sua importância para EPT

PÁGINA 10

1.1 Mas afinal o que é o planejamento participativo?

PÁGINA 11

1.2 Quem deve participar do planejamento participativo?

PÁGINA 13

02

Planejamento participativo, projeto político pedagógico e gestão democrática: o que são todas essas “coisas”?

PÁGINA 18

03

Gestão democrática

PÁGINA 20

04

Planejamento participativo na escola da ponte e sua aplicabilidade na ept: como podemos pensá-lo?

PÁGINA 26

05

Pontos básicos do planejamento participativo

PÁGINA 30

5.1 etapas do planejamento participativo

PÁGINA 31

5.2 como a escola da ponte pode dialogar com a EPT

PÁGINA 33

06

Considerações finais: limites e possibilidades

PÁGINA 36

07

Referências

PÁGINA 38

01

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO E SUA IMPORTÂNCIA PARA EPT



1.1 MAS AFINAL O QUE É O PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO?

Quando chegamos à escola e assistimos às aulas, não temos ideia de que para adentrar na sala de aula, o professor e a equipe pedagógica planejaram muito suas ações. O Planejamento é uma etapa muito importante para qualquer atividade e o universo escolar, com todas as suas exigências não poderia ser diferente.

Conforme Vianna (1986): **O Planejamento Educacional tornou-se uma atividade multidisciplinar, exigindo trabalho conjunto e integrado de administradores, educadores, pedagogos, economistas, sociólogos, estatísticos e outros especialistas.**

Segundo esse mesmo autor, o objetivo do Planejamento Educacional é tornar a Educação mais efetiva e eficiente para atender às necessidades e metas dos estudantes e da sociedade. No entanto, Vianna (1986) também ressalta que tal objetivo está muito mais atrelado a uma ideia que concebe a Educação como um campo isento de ideologia, por isso neutro. Mas como sujeitos que estamos no mundo e agimos nele, podemos dizer que o Planejamento Educacional está intimamente ligado ao Projeto de Escola que queremos, logo sempre envolve as dimensões políticas e filosóficas de nossas escolhas e ações.

Mas você deve estar se perguntando? Planejamento Educacional é sinônimo de Planejamento Participativo? Até poderia ser, mas infelizmente não é.

**PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO CONSTITUI-SE
UMA ESTRATÉGIA DE TRABALHO, QUE SE
CARACTERIZA PELA INTEGRAÇÃO DE TODOS OS
SETORES DA ATIVIDADE HUMANA SOCIAL,
NUM PROCESSO GLOBAL, PARA A
SOLUÇÃO DE PROBLEMAS COMUNS.
(VIANNA, 1986)**

Se estamos pensando em Planejamento Participativo devemos falar sobre a participação e seus níveis. Porque não estamos falando de qualquer tipo de participação, precisamos compreender quais são as possibilidades de participação que existem. Segundo Gandin (2001), a participação envolve 3 níveis: o **primeiro** é o da colaboração, em que as pessoas não tem poder decisório, mas são chamadas a participar, a colaborar, de modo que não há espaço para uma relação horizontal e transformadora; O **segundo** é o da decisão, que tem aparência de democrática, mas não contempla um olhar sobre todos os processos, mas apenas alguns, em geral de menor importância, as escolhas se realizam diante de alternativas já traçadas. Por fim, o **terceiro** nível envolve a construção em conjunto.

A construção em conjunto ocorre quando de fato o poder está com as pessoas, independente dessas diferenças menores, pois está baseado na igualdade real entre as pessoas. Gandin(2001) afirma:

Construir um processo de planejamento em que todos, com seu saber próprio, com sua consciência, com sua adesão específica, organizam seus problemas, suas ideias, seus ideais, seu conhecimento da realidade, suas propostas e suas ações. Todos crescem juntos, transformam a realidade, criam o novo, em proveito de todos e com o trabalho coordenado.

E o terceiro nível de participação que nos interessa para a realização do Planejamento Participativo.



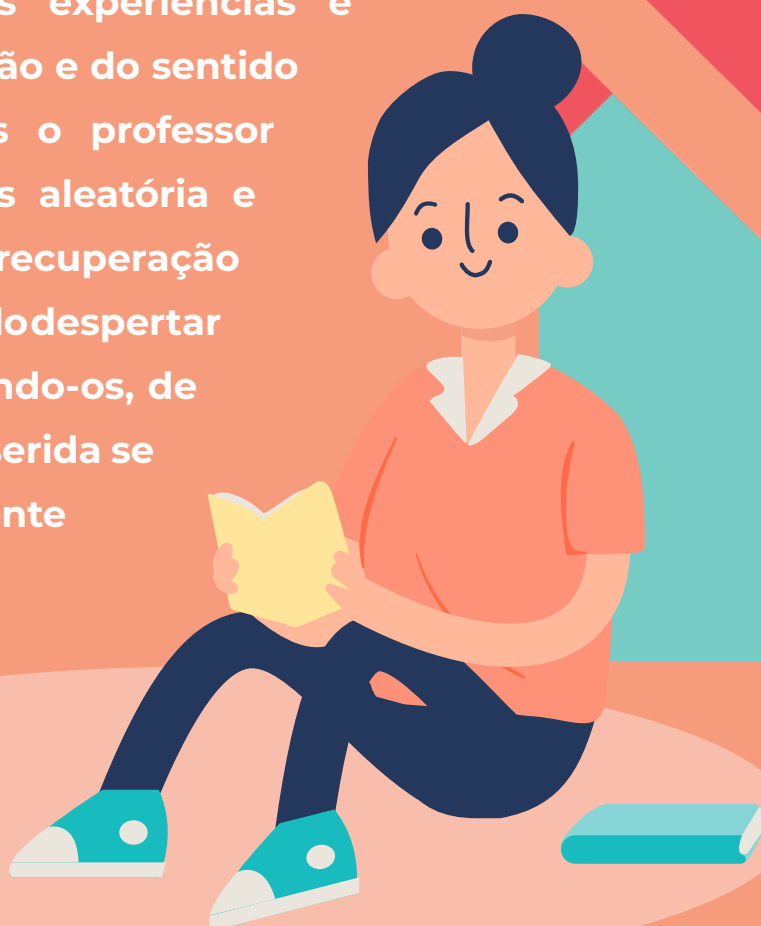
1.2 QUEM DEVE PARTICIPAR DO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO?

Eu sei que quando a gente pensa a escola, parece que existem apenas dois sujeitos que são imprescindíveis: professores e alunos, educadores e educandos. Mas na verdade, a escola envolve

não somente esses dois importantes atores. A escola para de fato ser participativa deve trabalhar em conjunto com a família e a comunidade. Todos dentro da escola e no entorno dela precisam participar.

No trecho a seguir de José Pacheco (2013), um dos idealizadores da Escola da Ponte de Portugal, orientador pedagógico e de formação para novos projetos com inspiração na Ponte, ele nos fala sobre a questão da participação assim apresentada:

O grau de participação constitui um indicador da qualidade da formação, na medida em que a interação negocial com o outro pressupõe reconhecê-lo e fazê-lo reconhecer-se. Fortalece a autoconfiança dos participantes, a crença em suas próprias capacidades e no valor de suas próprias experiências e opiniões. A perda da participação e do sentido comunitário é alienante, pois o professor deixa-se subjugar por espaços aleatória e extremamente demarcados. A recuperação do espaço participativo passa pelo despertar dos focos comunitários, utilizando-os, de tal modo que a pessoa neles inserida se sinta transformada, mas a gente de transformação também.
(PACHECO, 2013)



A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) está amparada na LDB e conforme está disposto no site do MEC caracteriza-se como a que prepara para o “exercício de profissões”. Claro, que consideramos que a Educação Profissional e Tecnológica é responsável por muito mais que a simples preparação para o exercício profissional, uma vez que está baseada em uma Educação Omnilateral, contemplando as dimensões da Ciência, Artes, Cultura e suas Tecnologias. Ela responde ao acesso à profissionalização que também está inscrita na Constituição Federal de 1988.

Assim sendo, o Planejamento Participativo aplicado a EPT garante a qualidade necessária a tal modalidade, pois permite pensar os caminhos e as alternativas para superarmos a dicotomia da Educação Brasileira. Ao nos utilizarmos de um planejamento baseado na participação, podemos desenvolver melhores resultados, pois todos estão envolvidos no Projeto: do planejamento à execução.

Vamos fazer uma retrospectiva sobre o que aprendemos até aqui?



- Aprendemos sobre Planejamento Educacional;
- Aprendemos sobre Participação;
- Aprendemos sobre Planejamento Participativo;
- Aprendemos sobre quem deve participar do Planejamento Participativo;
- Sua Importância para EPT

Agora, vamos pensar sobre a questão da legislação que ampara



Calma! Não entremos em pânico, esta obra é apenas uma cartilha. Não vamos falar sobre uma série de leis e deixar todos perdidos em um juridiquês difícil de entender. Esta obra deseja auxiliar a comunidade, a família e os alunos a compreender o que é PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO. Vamos falar sobre as leis apenas para subsidiar o entendimento de que tal prática está ancorada na legislação vigente.

Vamos falar sobre as leis apenas para subsidiar o entendimento de que tal prática está ancorada na legislação vigente.

- Constituição Federal de 1988, em seu artigo 206, assegura a Gestão Democrática da escola Pública;
- LDB – Lei nº 9.394 de 1996 que garante o direito ao planejamento e o dever de realizá-lo;
- PNE I – Lei nº 10.172 de 2001 já sinalizava a questão da Gestão Democrática;

- PNE II – Lei nº 8.035 de 2010 com sua meta 7 que refere-se a Gestão Democrática;
- PNE Atual – Lei nº 13.005 de 2014;
- Decreto nº 5.154 de 2004 sobre a Educação Profissional no Brasil, também versando sobre o planejamento;

Existe um trabalho interessante que conta com o mapeamento de algumas leis estaduais que versam sobre a Gestão Democrática e Planejamento Participativo:



<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/areas-da-conle/tema11/gestao-democratica-no-pne-ana-valeska>

02

**PLANEJAMENTO
PARTICIPATIVO,
PROJETO
POLÍTICO
PEDAGÓGICO
E GESTÃO
DEMOCRÁTICA: O
QUE SÃO TODAS
ESSAS “COISAS”?**





Quem é da área da Educação já ouviu muito falar em Planejamento, Projeto Político Pedagógico e Gestão Democrática. Mas que não é, nem sempre consegue compreender do que estamos falando. Parece um pedagogo que pode afastar as pessoas do seu papel mais importante: o da participação na construção de uma escola democrática e plural, que consiga ser mais inclusiva e menos autoritária.

Nós já falamos que a Escola (comunidade escolar), a família e a comunidade devem participar ativamente da construção da escola que queremos: uma escola de qualidade referenciada comprometida socialmente com a transformação da sociedade.

Paulo Freire, o nosso patrono da Educação não cansava de falar sobre a potencialidade da Educação para transformar as pessoas.



SEGUNDO VASCONCELLOS (2007), O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP) É:

O Projeto Político Pedagógico (PPP) consiste no plano global de uma instituição, resultado da sistematização de um planejamento participativo. É um instrumento teórico-metodológico, direcionado à intervenção e à mudança da realidade, responsável por definir claramente o tipo de ação educativa que a escola pretende realizar.

03

GESTÃO DEMOCRÁTICA



A Constituição de 1988 em seu artigo 206 já nos fala sobre a gestão democrática da Educação e das escolas:

Art.206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV – Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V – Valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

VI – Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII – Garantia de padrão de qualidade.

Assim como a Constituição estabelece a Gestão Democrática como um dos princípios da Educação no Brasil, a nossa lei de Diretrizes e Bases da Educação, lei nº 9.394/96 também preconiza a questão da Gestão Democrática em seu artigo 3º:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III – Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV – Respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V – Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI – Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII – valorização do profissional da educação escolar;

VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX – Garantia de padrão de qualidade;

X – Valorização da experiência extraescolar;

XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII – consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013);

XIII – garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018).

Segundo Gomes (2015) podemos compreender a Gestão Democrática como:

[...] a gestão democrática se materializa, quanto aos sistemas de ensino, na forma dos conselhos de educação, que reúne competência técnica e representatividade dos diversos setores educacionais, e, no âmbito dos estabelecimentos escolares, por meio da formação de conselhos escolares dos quais participam a comunidade, além da adoção de formas de escolha de direção escolar que associem garantia de competência, compromisso com a proposta pedagógica emanada dos conselhos escolares, representatividade e liderança. (GOMES, 2015)

Sendo assim, podemos definir a Gestão Democrática como uma prática baseada nos princípios democráticos da participação, Gadotti e Romão(1997) nos dizem que: “A autonomia e a gestão democrática da escola fazem parte da própria natureza do ato pedagógico. A gestão democrática da escola é, portanto, uma exigência de seu projeto político-pedagógico.”

Como vemos, o Projeto Político Pedagógico e a gestão democrática têm uma íntima relação de dependência.

Segundo esses mesmos autores, a Gestão Democrática envolve toda a atmosfera escolar e garante um clima diferente, que envolve maior comprometimento, pois se pratica uma participação efetiva baseada em decisões coletivas que orientam o dia a dia na escola:

A gestão democrática deve estar impregnada por uma certa atmosfera que se respira na escola, na circulação das informações, na divisão do trabalho, no estabelecimento do calendário escolar, na distribuição das novas disciplinas, na formação de grupos de trabalho, na capacitação dos recursos humanos etc. A gestão democrática é, portanto, atitude e método. (GADOTTI,ROMÃO,1997)

A Gestão Democrática também faz parte da meta 19 do PNE de 2014 que dava prazo de dois anos para a sua efetivação. Infelizmente nem todas as escolas no Brasil vivenciam a realidade de uma Gestão Democrática, mesmo que, em alguns casos, possua algum mecanismo de participação.

O Estado de São Paulo em parceria com o Instituto Herzog criaram uma cartilha sobre DEMOCRACIA NA ESCOLA, Educação em Direitos Humanos, nela você vai encontrar a contribuição de Maria Victória Benevides que nos fala sobre o conceito de Gestão e sobre a Gestão escolar democrática:

Orientação valorativa de objetivos e metas, com os processos decisórios e normativos pertinentes e A gestão escolar democrática é um processo em construção permanente, sempre referente às características próprias de cada escola e da realidade social e cultural de seu entorno. Tem um caráter pedagógico e emancipatório, no sentido da formação de personalidades democráticas em direção à cidadania ativa. (BENEVIDES, Instituto Herzog, 2015)

Uma vez que já definimos o que é Projeto Político Pedagógico, o que é Gestão democrática, retomemos ao Projeto Participativo utilizando as palavras de Gandin (1994):

O planejamento participativo parte de uma leitura do nosso mundo na qual é fundamental a ideia de que nossa realidade é injusta e de que essa injustiça se deve à falta de participação em todos os níveis e aspectos da atividade humana. A instauração da Justiça social passa pela participação de todos no poder.

Caso alguém tenha interesse em conhecer a cartilha sobre DEMOCRACIA NA ESCOLA segue o link para consulta:



<https://respeitarepreciso.org.br/cadernos-respeitar/democracia-na-escola/>

**Vamos fazer uma
retrospectiva
sobre o que
falamos até
aqui?**



- Falamos sobre o Projeto Político Pedagógico e Gestão Democrática, em seguida retomamos o conceito de Planejamento Participativo na perspectiva de oportunidade de participação de todos no poder.

04

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO NA ESCOLA DA PONTE E SUA APLICABILIDADE NA EPT: COMO PODEMOS PENSÁ-LO?



O Professor José Pacheco apesar de não falar especificamente sobre planejamento participativo, ele fala constantemente em participação; também nos fala sobre um projeto da escola que é feito de forma conjunta, acreditando na autonomia dos sujeitos. Inclusive ao mencionar sobre assembleias e sobre associação de pais, ele destaca que o que se pratica na Ponte é uma Pedagogia da Corresponsabilidade:

Apesar de a Associação de Pais da Escola da Ponte ser uma referência em Portugal, não podemos dizer que é uma prática específica da Escola, pois as associações estão presentes em todo país, assim como assembleias de alunos já são uma prática em muitas escolas e já acontecem em muitas escolas brasileiras. Porém, a tríade Reuniões da Equipe, Assembleia de Alunos e Associação de Pais, no contexto da Escola da Ponte, do modo como as coisas lá acontecem, são categorias do que tenho chamado de Pedagogia da Corresponsabilidade, pelo caráter de envolvimento de toda comunidade em torno da vivência e defesa do projeto da escola. (PACHECO, s/d)

Podemos então dizer que o projeto participativo acontece na Escola da Ponte e em escolas que se inspiram nela na forma de uma tríade: Reuniões de Equipe, Assembleia de Alunos e Associação de Pais.

Na obra Escola da Ponte uma escola pública em debate, temos uma série de entrevistas que marcam o interesse de um grupo de educadores sobre a realidade da Escola da Ponte. A obra é organizada por José Pacheco e Maria de Fátima Pacheco, num dado momento da obra aparece a descrição do planejamento participativo como é concebido na Escola da Ponte:

[...] o grande diferencial da escola: a gestão participativa e democrática da vida escolar. Toda a preparação para a instalação da Assembleia é bastante interessante: a composição das listas (espécies de chapas eleitorais), a campanha eleitoral, os debates das propostas e a eleição. Uma verdadeira vivência política para os alunos! Nas assembleias, era exercitado o direito ao diálogo, à livre expressão de sentimentos e ideias, à dignidade, elementos que configuram a prática cidadã. (PACHECO, PACHECO, s/d)

Um aspecto importante apontado por Vasconcelos quando conheceu a Escola da Ponte é que a mesma está baseada na pessoa, o que dialoga com a Educação integral que pretende reconhecer os sujeitos como seres inteiros, integrais:

O projeto tem sua centralidade na pessoa. A Ponte é uma escola em que a pessoa é fundamento e finalidade do trabalho educativo. Lá, os alunos aprendem a ser pessoas e a verem os outros como pessoas, por isto, segundo José Pacheco, há uma preocupação primeira com o perfil dos educadores: A competência básica dos professores que contratamos será o ser pessoa. Onde não existir uma pessoa, não será possível colocar um profissional professor. (VASCONCELLOS, 2006)

Para pensarmos o Planejamento Participativo em qualquer escola devemos ter um ponto de partida. O Planejamento Participativo não reconhece uma predeterminação, uma vez que ele é resultado da participação do trinômio escola-família-comunidade, no entanto Vianna(1986) nos orienta sobre a necessidade de partir das necessidades básicas, uma vez que as comunidades e seus integrantes possuem necessidades comuns que podem ser de ordem fisiológicas ou vegetativas, psicológicas ou de autorrealização e de expressão criativa.

Para pensarmos o Planejamento Participativo dentro de uma metodologia de Escola da Ponte ou escola inspirada nela devemos

compreender que tal escola já vive uma atmosfera de autonomia e participação, conforme nos assegura Pacheco (2014):

Na Ponte, a autonomia é pensada dentro do contexto da cooperação e da liberdade. Se não fosse, converter-se-ia em mortal autossuficiência. Desde há trinta anos, a autonomia é vivida na relação. Ela é autônoma com os outros, solidária [...] Todos os momentos são relevantes: os momentos de trabalhos de alunos, as reuniões semanais da assembleia, tudo serve como dispositivo e oportunidade de desenvolvimento[...]

Outra característica marcante da Escola da Ponte é a construção coletiva de regras de convivência, base fundamental para pensarmos o planejamento participativo e a vivência dentro da escola:

A indisciplina é filha dileta do autoritarismo e nós exercemos autoridade com afabilidade. Essa benevolente autoridade é completada pelo estabelecimento de regras pelos próprios alunos. São eles que propõem, discutem, aprovam e fazem cumprir os direitos e deveres. (PACHECO, PACHECO, 2014)

Para implementarmos na EPT, o Planejamento participativo devemos estar imbuídos de não apenas boa vontade, mas um interesse genuíno em realizar uma Gestão Participativa. Sabendo que para tal, deveremos cumprir as etapas iniciais do planejamento que envolve o conhecimento da Realidade e a Diagnose. No caso dos Institutos Federais, pode haver necessidade de reformulação de Currículo e PPCs (Proposta Pedagógica Curricular), além de alterações no cotidiano da escola com inserção de oficinas que visem à formação baseada numa nova metodologia. Todos esses aspectos devem estar alicerçados num desejo e empenho da Equipe Pedagógica, da Comunidade e de alunos.

05

PONTOS BÁSICOS DO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO



PONTOS BÁSICOS DO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO*

A compreensão do todo inclui a explicação das partes.

1.1. As instituições existem para AGIR no mundo, na sociedade e na história.

1.2. Pode-se AGIR

- improvisadamente e sem direção
- ou
- planejadamente, intencionalmente, e, por isto, com direção.
- arbitrariamente, a partir das determinações de uma minoria,
- ou
- participativamente, a partir das decisões de todas as pessoas comprometidas com a ação da instituição.

1.3. Função do planejamento

- tornar a AÇÃO
 - clara
 - precisa
 - eficiente (eficaz)
 - orgânica
 - direcionada
 - transformadora.

1.4. Planejar

- NÃO É fazer alguma coisa antes de AGIR
- É AGIR
 - de um DETERMINADO MODO
 - para determinado fim
- É O PROCESSO de construir a realidade com as características que se deseja para a mesma.
- É INTERFERIR na realidade para transformá-la numa direção claramente indicada.

1.5. PLANEJAR, por exemplo, uma escola é

- ELABORAR

- EXECUTAR

- AVALIAR

- ver a situação global (de mundo, de América Latina, de Brasil) em que estamos

- de decidir o tipo de

- sociedade
- pessoa humana
- Educação, escola
- a distância entre a realidade existente e a desejada

Diagnóstico

- ações, atitudes e normas orgânicas para diminuir esta distância

Programação

- agir em conformidade com o que foi proposto

- revisar

- cada um dos momentos
- cada uma das ações, atitudes e normas
- cada um dos documentos derivados

ELABORAÇÃO

EXECUÇÃO

AVALIAÇÃO
(durante todo o processo)

* Colaboração de Leandro Ronza.

Fonte: Gandin, 1994.

5.1 ETAPAS DO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO:

Segundo Vianna(1986), o Planejamento Participativo compreende 4 etapas a saber:

1- Conhecimento da Realidade,

2- Diagnose ou Radiografia da Realidade (se dá através de reuniões e seminários),

3- Elaboração do Plano e

4- Acompanhamento e Avaliação das Decisões Efetivadas.

No entanto, Gandin(1994) também nos fala do planejamento em 4 etapas, mas há uma concentração na Segunda Etapa que envolve um maior número de subetapas. Sendo assim temos:

a) Preparação;

b) Elaboração do Plano Global de Médio Prazo: Elaboração do Marco Referencial, Elaboração do diagnóstico, Elaboração da Programação, Revisão Geral;

c) Elaboração de planos globais de curto prazo

d) Elaboração de Planos setoriais.

Nós já falamos como é articulado a questão do Projeto Político Pedagógico (PPP), Gestão Democrática e Planejamento Participativo de modo que quando falamos de um ou outro, quase sempre aparecem em conjunto ou são pelo menos mencionados. Por isso vamos expor os marcos presentes no PPP definidos por Gandin e expostos na obra de Vasconcellos (2002):

Marco referencial: Refere-se à tomada de posição da Instituição que planeja em relação à sua identidade, visão de mundo, utopia, valores, objetivos, compromissos. Expressa o rumo, o horizonte. Ele envolve as dimensões de **Marco Situacional, Doutrinal e Operativo.**

Marco Situacional: Traz a reflexão sobre a realidade na qual a Instituição está inserida. Podemos dizer que está marcado pelos sinais de vida e de morte da realidade; logo, avaliamos os pontos fortes e fracos da nossa realidade, os limites e possibilidades.

Marco Doutrinal: Também envolve a questão do horizonte, a realidade global desejada, no entanto, ela está ligada a uma visão mais geral que envolve a concepção de homem e sociedade que desejamos. Envolve a busca por responder questões como: Que tipo de sociedade queremos construir? Que tipo de seres humanos desejamos formar? Qual o papel que desejamos para a escola?

Marco Operativo: Envolve as ações, logo ele é o mais instrumental de todos, pois está ligado ao que deve ser feito para atingir os objetivos e utopias da Instituição.

5.2 COMO A ESCOLA DA PONTE PODE DIALOGAR COM A EPT:



Desde 2015, o Instituto Federal do Paraná, Campus Jacarezinho, vem apostando na mudança do currículo e na participação efetiva dos alunos nessas mudanças para construir uma escola mais democrática. Após montarem um Grupo de Trabalho (GT) que propunha realizar essas mudanças, foi estabelecido uma série de ações conforme relata Silva (2017):

1) Tornar os estudantes coparticipantes da construção de seu itinerário formativo, permitindo-os tomar as decisões sobre o que, quando e com quem estudar;



2) Estabelecer cargas horárias mínimas para os estudantes cursarem, mas ofertar atividades diversas e em quantidades maiores para permitir escolhas reais;

3) Encerrar a configuração disciplinar e trabalhar por grandes áreas, demandando um planejamento conjunto docente mais consistente;

4) Romper com a ideia de seriação e divisão por curso, permitindo que os estudantes mais experientes auxiliassem os mais jovens e promovendo o intercâmbio entre saberes profissionais específicos das áreas abrangidas;

5) Instituir o espaço de ensino com início e fim em si, mesmo sendo conectado a outros saberes, denominado “Unidade Curricular” (UC);

6) Flexibilizar o currículo para atender necessidades diversas dos estudantes, não somente acadêmica (revisão de conteúdos para aqueles com Ensino Fundamental precário ou estudos avançados para os que apresentam altas habilidades) como pessoal, psicológica e emocional;

7) Efetivar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ao abrir a possibilidade metodológica de se trabalhar por projetos, grupos de estudo, etc.

A superação de um currículo engessado que acabava por desestimular os alunos e levava a um alto índice de desistência tinha como inspiração a escola da Ponte e sua forma inovadora



de construção do conhecimento, baseada na participação ativa dos estudantes que passam a ser mais ativos no processo de aprendizagem, pois estão diretamente envolvidos com as Unidades Curriculares (UC).

Outro aspecto importante com relação à reformulação dos currículos diz respeito à contribuição para uma educação de qualidade capaz de garantir Educação profissional para além da Instrumentalização como nos afirma Correa, Fiorucci e Paixão (2018):

Essa concepção de educação trabalha na superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, privilegiando a formação do cidadão pleno e autônomo frente às inconstâncias do mundo econômico e social. Foge, pois, à armadilha de uma educação pautada na tecnologia e na instrumentalização dos indivíduos, já que o conhecimento circula e não é estanque, não está circunscrito em determinados espaços.

Neste sentido, a nova perspectiva da educação profissional e tecnológica (EPT) abriu caminhos para se repensar as práticas docentes, as organizações curriculares, os conteúdos e objetivos dessa modalidade de ensino. Contudo, essas possibilidades de mudanças são apenas possibilidades enquanto as práticas e estruturas culturalmente enraizadas dos agentes da educação não se transformam.



06

CONSIDERAÇÕES FINAIS: LIMITES E POSSIBILIDADES



A proposta apresentada nesta Cartilha não visa substituir a leitura de material mais denso que verse sobre Planejamento Participativo, autores como Paulo Freire, Moacir Gadotti, Danilo Gandin, Ilca Oliveira de Almeida Vianna e Celso Vasconcellos são de importante leitura para compreendermos o Planejamento, Planejamento Participativo, Projeto Político Pedagógico e Gestão Democrática. E no tocante à Escola da Ponte é imprescindível a leitura de José Pacheco, mas também há disponibilidade de materiais audiovisuais em plataformas como Youtube para a ampliação do conhecimento sobre o modelo de escola proposto. Para compreensão das bases conceituais que definem a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) oriento a leitura de Marise Ramos, Maria Ciavatta, Eliezer Pacheco, Gaudêncio Frigotto e Dermeval Saviani. No entanto, a presente cartilha oferece uma orientação inicial para os que desejam conhecer sobre o Planejamento Participativo. Para aqueles que não são da área da Educação como os alunos, familiares e comunitários visa contribuir para a compreensão do Planejamento participativo e como realizá-lo no espaço escolar. Esse contato inicial é fundamental para despertar o interesse pela Gestão Democrática. Ela poderá ser utilizada em Reuniões e Assembleias, grupos de trabalho e oficinas para a implantação do Planejamento Participativo e Gestão Democrática na escola.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Decreto nº 5.154/2004.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Lei nº 9.394/96.

BRASIL, Plano Nacional de Educação – PNE I, Lei nº 10.172/2001.

BRASIL, Plano Nacional de Educação – PNE II, Lei nº 8.035/2010.

BRASIL, Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 13.005/2014.

CORREA, Hugo Emmanuel da Rosa; FIORUCCI, Rodolfo; PAIXÃO, Sérgio Vale da. (Orgs). Currículo Inovador: Experiências didáticas no IFPR – Jacarezinho. Curitiba: Editora IFPR, 2018.

INSTITUTO VLADIMIR HERZOG – VLADO. Democracia na Escola: Caderno Temático. 1 Ed. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2015. (Projeto Respeitar é preciso)

GADOTTI, Moacir; ROMAO, José E. (Orgs). Autonomia da Escola: princípios e propostas. São Paulo: Cortez, 1997.

GANDIN, Danilo. A prática de planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos

cultural, social, político, religioso e governamental. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GOMES, Valeska Amaral. Gestão Democrática no Plano Nacional de Educação. Brasília, 2015. Disponível em < <http://bdcamara.leg.br/bd/handle/bdcamara/21659> > acessado em 01/11/2019.

PACHECO, José; PACHECO, Maria de. Diálogos com a Escola da Ponte. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

PACHECO, José. Escola da Ponte: formação e transformação da Educação. 5 Ed Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

PACHECO, José; PACHECO, Maria de. Escola da Ponte: uma escola pública em debate. Petrópolis, RJ: Cortez Editora, sd.

SILVA, David José de Andrade. Novos ventos em Jacarezinho: mudança curricular e seus efeitos. IV Seminário Internacional de representações sociais, subjetividade e educação. VI Seminário Internacionak sobre profissionalização docente. 2017.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: Projeto de Ensino – Aprendizagem e Projeto político Pedagógico. 10 Ed. São Paulo: Libertad, 2002.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Reflexões sobre a Escola da Ponte. Revista de Educação – AEC, n. 141, out./dez. 2006.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. Planejamento Participativo na escola: um desafio ao educador. São Paulo, EPU, 1986.



